

Crédito entre empresas atinge US\$ 500 milhões

A ausência de mecanismos, como os mercados futuros de dólar ou juros, que protejam as empresas de riscos cambiais e o desestímulo (oscilação de preços e custo de financiamento elevado) às aplicações em ORTNs com opção de reajuste cambial incentivaram o mercado de crédito entre empresas de grande porte e sadias financeiramente. Hoje, segundo informação de um banqueiro, o mercado **intercompanies** já realizou operações que somam de 200 milhões de dólares a 500 milhões de dólares (de Cr\$ 300 bilhões a Cr\$ 745 bilhões).

Muito semelhante ao mercado de **commercial papers** (títulos de dívida de curto prazo negociados entre empresas privadas), que existe legalmente em outros países, esse setor de crédito **intercompanies** funciona bem, e sua segurança resulta da confiança mútua entre as empresas, fundamental nesse tipo de negócio, que acontece à margem do sistema bancário e não tem a aprovação do Governo. Não pode ser chamado de ilegal, mas é um mercado paralelo de crédito.

Custo razoável

As transações de crédito entre as empresas são realizadas a um custo de correção cambial mais 9% de juros, inferior, portanto, às taxas praticadas no mercado bancário. Quem empresta — geralmente multinacionais ou nacionais de grande porte — precisa garantir-se contra o risco de maxidesvalorização do cruzeiro e está com disponibilidade de caixa; quem **toma** os recursos não teme o risco cambial e quer recursos para especular no mercado financeiro ou usar para capital de giro, sem ficar sufocado com o custo do empréstimo.

O perfil das empresas — mais de 50 — que atuam no mercado **intercompanies** é de multinacionais, companhias privadas nacionais de grande porte e até mesmo os bancos. Só que os bancos nesse mercado exercem o papel de tomadores dos recursos, para repassarem depois a terceiros a um custo razoável e garantindo uma boa remuneração. Garantem a transação com a venda de um CDB (Certificado de Depósitos Bancário), com acordo de recompra a correção cambial mais juros.

As operações realizadas são de alto valor, geralmente na faixa de 10 milhões de dólares (Cr\$ 14 bilhões 900 milhões), apesar de já ter sido firmado um contrato de 15 milhões de dólares, conforme disse um empresário que atua no mercado. Garantidas por **side letters** (cartas de gaveta, sem valor jurídico), notas promissórias, acordos de recompra com debêntures, financiamento de posições com ORTNs ou simplesmente através de acordos de compra de mercadorias, essas operações vêm sendo realizadas desde 1980.

— A inadimplência das empresas estatais começa a assustar as companhias que têm recursos disponíveis em cruzeiros. Algumas ao invés de manter posições em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, com opção cambial, preferem emprestar no mercado paralelo de crédito que também garante correção cambial mais uma taxa de juros — afirmou o presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), Ary Waddington, que considera já relevante esse mercado. Calcula que movimente Cr\$ 200 milhões de dólares.

A alternativa para os tomadores dos empréstimos seriam repasses de crédito externo (Resolução 63), que custam correção cambial mais 19% de juros ou 17% no caso de captação direta (Resolução 4131). No mercado interno, os financiamentos para capital de giro têm um custo de correção monetária mais 21% de juros, além do Imposto sobre Operações Financeiras.

Com a intermediação, as operações **intercompanies** resultam para os emprestadores em correção cambial mais cerca de 6% de juros. A ORTN, segundo cálculo de um corretor, dá cerca de 4% de juros, sofre oscilação de preços e, em caso de maxidesvalorização, a variação, ao contrário do crédito **intercompanies** de 180 dias, é amortizada em 5 anos.

O tomador paga até 9% de juros, mais a correção cambial, e o intermediário financeiro da operação (corretora, distribuidora ou banco de investimento) recebe de 0,5% a 3% de comissão, dependendo do montante da operação.